



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 597/2023

**AUTORA:** Deputada **VANDA MONTEIRO**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher nas instituições públicas do Estado do Tocantins e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado **GIPÃO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 597/2023, de autoria da Deputada VANDA MONTEIRO, que “Dispõe sobre a prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher nas instituições públicas do Estado do Tocantins e dá outras providências”.

Aduz a Autora que a Constituição Federal de 1988 consagrou em seu artigo 5º, caput o direito à igualdade formal entre homens e mulheres. O que se busca é o direito à igualdade material entre homens e mulheres, ainda está longe de ser alcançado. Não obstante, na atualidade a mulher sofre com questões relacionadas à diferenciação salarial, criação de estereótipos negativos e violência sexual no ambiente de trabalho. Em seguida, buscou-se salientar a definição de assédio sexual e sua tipificação no Código Penal.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

## II – VOTO

Embora seja uma matéria de extrema importância, ao dispor sobre prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher nas instituições públicas do Estado do Tocantins, eis que cria obrigações para órgão do Poder Executivo, matéria reservada exclusivamente para o Governador do Estado, nos termos das alíneas “b” e “f”, II, § 1º artigo 27, da Constituição Estadual.

A ingerência do Legislativo no campo de atuação do Executivo constitui usurpação das funções do chefe do Executivo, invade a esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação dos poderes estabelecido no art. 2º da Constituição Federal e repetido no artigo 4º da Constituição Estadual.

Além disso, cabe ressaltar que há em nosso ordenamento jurídico a Lei Estadual nº 3.645, de 21 de janeiro de 2020, tratando da mesma matéria em questão, pois “**Institui o Estatuto da Mulher Parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Tocantins**”.

Desta forma, a proposição se torna prejudicada, visto que a matéria já se encontra disciplinada em lei, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno.

Ante o exposto, mesmo reconhecendo a relevância social da presente proposição, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do **Projeto de Lei nº 597/2023**, uma vez que encontra-se regulamentada pela Lei Estadual nº 3.645, de 21 de janeiro de 2020.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 06 de fevereiro de 2024.



Deputado **GIPÃO**  
Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... *Gipão* referente ao(a) ..... *PL* ..... / *597* ..... / *2023* .....

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao)..... *Arquivo* .....

Sala das Comissões, *27* de *fevereiro* de 2024

*Nilton Franco*  
Deputado **NILTON FRANCO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

### MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO(✓)
Dep. CLAUDIA LELIS( )
Dep. JORGE FREDERICO(✓)
Dep. NILTON FRANCO(✓)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(✓)

### MEMBROS SUPLENTE

Dep. MOISEMAR MARINHO( )
Dep. VANDA MONTEIRO( )
Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. OLYNTHO NETO( )
Dep. GUTIERRES TORQUATO( )





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Ofício n.º 21/2024 - DIOLE

Palmas, 28 de fevereiro de 2024.

A sua Excelência a Senhora

**VANDA MONTEIRO**

Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins  
NESTA

Senhora Deputada,

Informo a Vossa Excelência que o **Projeto de Lei nº 597/2023** de sua autoria que, “Dispõe sobre prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher nas instituições públicas do estado do Tocantins e dá outras providências”, deliberado na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**, pelo **arquivamento**, em 27 de fevereiro de 2024, conforme cópia do parecer, em anexo.

Assim, caso tenha interesse no prosseguimento, poderá apresentar recurso, nos termos do art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Atenciosamente,

  
Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Gab. Dep. VM  
Em 06/02/24  
Horas: 15h00  
Ass: 